

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Sandro Antônio Giacomel

CIDADANIA NO PAPEL

Uma análise de descrições de participação social nos livros didáticos de Sociologia

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CIDADANIA NO PAPEL

Uma análise de descrições de participação social nos livros didáticos de Sociologia

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Licenciando em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nalú Farenzena

**Porto Alegre
2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CIDADANIA NO PAPEL

Uma análise de descrições de participação social nos livros didáticos de Sociologia

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Licenciando em Ciências Sociais.

**Porto Alegre
2015**

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo suporte material e moral durante todo o curso, com especial ênfase durante o período de elaboração deste trabalho de conclusão.

Agradeço à minha orientadora, professora Doutora Nalú Farenzena, por aceitar essa tarefa, mesmo que o convite tenha sido feito de forma tão abrupta e o prazo tenha sido tão apertado.

Agradeço aos demais professores da Faculdade de Educação, que com seu afincio e dedicação oferecem o melhor possível de seus conhecimentos e experiências.

Agradeço aos colegas de faculdade que compartilharam suas experiências e demonstraram o quão importante é o valor da amizade e do coleguismo.

Ademais, deixo meu agradecimento a todos os que, de alguma forma, colaboraram para que fosse possível que eu conseguisse chegar ao término do curso, de modo especial aos profissionais do corpo técnico da UFRGS: bibliotecárias, secretárias, estagiários e pessoal da manutenção e limpeza, que com seu esforço poucas vezes valorizado garantem diariamente o funcionamento não apenas do campus do Centro, mas de toda a UFRGS como instituição.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo problematizar a abordagem do conceito de participação social em material didático da disciplina de Sociologia, oferecido gratuitamente pelo MEC através do Programa Nacional do Livro Didático para toda a rede pública de ensino do Brasil. A construção desta problematização se dá a partir da análise do conteúdo de seis livros didáticos do ensino médio, visando a observar a existência, a forma como são apresentados e narrados conteúdos sobre participação social, tanto no seu aspecto histórico quanto na sua descrição no presente.

Palavras chave: Participação social, Livro didático, Ensino Público, Sociologia

Abstract

This paper aims to discuss the approach to the concept of social participation in the teaching material of sociology discipline offered by the National Textbook Plan of MEC (Ministério da Educação) to the entire public school system in Brazil. The construction of this questioning goes through by the books content analysis in order to observe the existence, the way it is presented and the amount of presented examples of social participation, both in its historical aspect as in his description these days.

Keywords: Social participation, Textbook, Public Education, Sociology

Lista de Siglas e Abreviaturas

DCN – Diretrizes Nacionais Curriculares

LDB/LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OCN – Orientações Curriculares Nacionais

ONG – Organização não governamental

OSPB – Organização Social e Política Brasileira

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCN+ - Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

<u>AGRADECIMENTOS</u>	III
<u>RESUMO</u>	IV
<u>ABSTRACT</u>	V
<u>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</u>	VI
<u>SUMÁRIO</u>	7
<u>1. INTRODUÇÃO</u>	9
<u>2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</u>	11
2.1 A HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA	11
2.1.2 A HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	11
<u>2.2- A EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA</u>	14
2.2.1 LEIS, PARÂMETROS, DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS	14
2.2.2 A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA SOCIAL	15
<u>2.3- SOBRE O LIVRO DIDÁTICO</u>	17
2.3.1 O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	17
<u>2.4 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL</u>	19
2.4.1 – DEFINIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	19
<u>3. ANÁLISE DO CONTEÚDO</u>	21
3.1 – METODOLOGIA	21
3.2 – RECORTE	21
3.2 O MATERIAL ANALISADO	23
3.3 – DESCRIÇÃO DAS OBRAS	24

<u>3.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO.....</u>	<u>27</u>
3.3.1 LIVRO 1 – SOCIOLOGIA (EDITORA SCIPIONE)	27
3.3.2 LIVRO 2 – SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO (EDITORA MODERNA)	27
3.3.3 LIVRO 3 – SOCIOLOGIA HOJE (EDITORA ÁTICA)	29
3.3.4 LIVRO 4 – SOCIOLOGIA PARA JOVENS DO SÉCULO XXI (EDITORA IMPERIAL NOVO MILÊNIO)	29
3.3.5 LIVRO 5 – SOCIOLOGIA PARA ENSINO MÉDIO (EDITORA SARAIVA)	32
3.3.6 LIVRO 6 – TEMPOS MODERNOS, TEMPO DE SOCIOLOGIA (EDITORA DO BRASIL)	33
<u>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>35</u>
<u>5. DOCUMENTOS DIGITAIS.....</u>	<u>37</u>
<u>6. REFERÊNCIAS</u>	<u>39</u>

1. Introdução

Desde a primeira tentativa de inclusão obrigatória da disciplina de sociologia na grade curricular do ensino público brasileiro, proposta por Benjamin Constant em 1890, a Sociologia sempre esteve relacionada nas normativas governamentais sobre a educação como um instrumento para a construção do indivíduo como cidadão.

Entretanto, é importante destacar que historicamente a definição do que é ser cidadão (assim como a de cidadania) se alterou consideravelmente, adquirindo novos aspectos e ressignificando valores. Até o início do século XX, o papel do cidadão dentro da sociedade consistia prioritariamente na aceitação e reprodução do *status quo* social. De acordo com Filloux (2010), para Émile Durkheim a sociedade só pode existir se houver uma homogeneidade dos indivíduos baseada na aceitação do “ideal do homem”, imposto pela sociedade, sendo esse ideal o modelo daquilo que os indivíduos devem ser do ponto de vista físico, moral e intelectual.

Porém, as mudanças mundiais ocorridas no início do século XX passaram a influenciar a sociologia e a filosofia social, que começaram a versar sobre a autonomia individual e sobre cidadania e participação social. A sociedade deixava de ser uma “mão invisível” sobre o indivíduo e passava a ser um constructo deste. A construção dessa sociedade, segundo autores como Hannah Arendt (1981) e Thomas Marshall (1950), dependia do exercício de um conceito de *cidadania* que envolvia a obtenção de condições plenas à livre expressão moral, política e social.

Contudo, para se chegar às condições de exercício de cidadania é necessário conhecer e reconhecer os seus direitos. Mills (1972) defende que para chegar a esse (re)conhecimento social é necessário haver instrução, assim como um funcionário é instruído para manusear uma ferramenta. Essa “instrução em cidadania” seria operada na escola, através do ensino de Sociologia para os estudantes.

Essa instrução para a formação da consciência cidadã promovida pelo ensino de Sociologia é algo que possui um papel de tal forma fundamental na emancipação social e política do indivíduo que, no Brasil, a proibição dessa disciplina foi uma das primeiras medidas quando governos ditatoriais assumiram o poder, durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a ditadura militar (1965-1985). Para os governos ditatoriais, a emancipação e a autonomia social e política do povo representam uma ameaça a seu controle político e ideológico. Assim, era evidente que tais governos agissem para tomar dos cidadãos as ferramentas com as quais eles poderiam construir por si próprios a sua cidadania.

Devido ao fato de a Sociologia, como ciência, possuir uma vasta e diversificada gama de assuntos e discussões, e até mesmo de teorias de interpretação da realidade, para a elaboração desse trabalho foi preciso delimitar a área de interesse, de modo a melhor enfatizar o objetivo a que este trabalho se destina. Assim, delimitou-se a área da Sociologia com o enfoque da participação social, visto que esse conceito engloba a questão do empoderamento social e político dos cidadãos a partir da conscientização sobre si e sobre a sociedade, com um caráter isento de vícios ideológicos, dependências de estruturas como governos ou partidos ou dependente de remuneração ou paixão ideológica.

Como problema de pesquisa, estabeleceu-se verificar nos livros de Sociologia distribuídos nas escolas públicas brasileiras através do Programa Nacional do Livro Didático, se há a presença e de que forma são apresentados e descritos os mecanismos e estruturas populares de desenvolvimento da participação social, tais como ONGs e movimentos sociais. Para definir que tipos de movimentos seriam pesquisados, encontrou-se na literatura das cadeiras de licenciatura os quatro temas que mais estivessem relacionados a juventude, visto que o material didático de Sociologia destina-se ao público presente no ensino médio. Os recortes selecionados para esse trabalho foram as seguintes questões: de gênero, que envolvem feminismo e movimento LGBT; étnica, dos direitos das minorias étnico-raciais e preconceito racial; mundo do trabalho e desigualdade de renda; políticas, abrangendo conscientização política e contestação.

Este trabalho se divide em três partes. Na primeira parte, descreve-se o marco teórico do trabalho, com a justificativa do tema, os autores que o embasam, bem como um relato histórico sobre a educação brasileira e o papel da Sociologia na educação. Em um segundo momento, é feita a análise do material didático sob a luz da metodologia explicada e justificada. Por fim, são expostas as considerações finais do autor sobre o trabalho.

2. Bibliografia: Sociologia, Educação e Participação Social

2.1 A história da Sociologia

O autor do termo *Sociologia* foi o filósofo alemão Émile Durkheim. Durkheim viveu a expansão científica e tecnológica da Europa na virada do século XIX para o XX. Ele observou a necessidade da criação de uma ciência para o estudo do ser humano enquanto ser social que possuísse um caráter autônomo e experimental, assim como as ciências exatas. Durkheim foi o autor do primeiro manual de sociologia, intitulado *Regras do método Sociológico* (1895) no qual ele formula as premissas que o pesquisador social deveria seguir.

Uma das primeiras pessoas a tabular a sociologia como disciplina escolar foi Charles Wright Mills. Em sua obra chamada *Imaginação Sociológica* Mills (1959) defende que, para o indivíduo (ser humano) se tornar um cidadão (ser de direitos), ele precisa ter o conhecimento de si como sujeito social.

No Brasil, um dos principais nomes da Sociologia é o do sociólogo Otavio Ianni (1926-2004). Ele, juntamente com Florestan Fernandes (outro grande sociológico e construtor da sociologia brasileira) e Fernando Henrique Cardoso, foram os principais divulgadores e produtores de conteúdo sociológico em um período em que essa ciência ainda buscava legitimação no Brasil e no mundo.

Ianni, mesmo aposentado precocemente e impedido de dar aulas na universidade pública pelos militares, desenvolveu seu trabalho nas áreas de desigualdades étnicas e de renda. Além de ser um crítico da globalização e do capitalismo, ele escreveu sobre a exclusão e a pobreza, e sua militância em favor do ensino da Sociologia rendeu o texto chamado *O Ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º Graus* (1985).

2.1.2 A história da Sociologia na educação brasileira

A primeira tentativa de se criar uma disciplina de Sociologia em caráter obrigatório no sistema educacional brasileiro se deu em 1890, quando Benjamin Constant, então ministro dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, redigiu o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Districto Federal*. Nesse regulamento, Constant criava a disciplina de *Sociologia e Moral*.

A Sociologia, contudo, só viria a se tornar uma disciplina obrigatória em 1925 após a promulgação da reforma de João Luiz Alves (Decreto nº 16.782 de 13 de Janeiro de 1925), que ficou conhecida como reforma Rocha Vaz. Porém, nessa reforma, o ensino de Sociologia possuía um caráter pedagógico, pelo

qual o conteúdo apresentado era uma narrativa histórica da sociologia como ciência, sem que fosse feito uso de exemplos de sociologia na prática, ficando a critério da disciplina de Instrução Moral e Cívica o papel de formador de caráter e cidadania.

Em 1942, durante o Estado Novo, ocorreu a reforma Capanema, que retirou a obrigatoriedade da Sociologia nos cursos secundários. A disciplina foi mantida somente no Curso Normal.

Em 1969 é aprovado o decreto-lei Nº 869/68 que abolia o ensino de Sociologia e Filosofia, colocando em seu lugar, em caráter obrigatório, o ensino de *Moral e Cívica*, cujo caráter era o de ensinar e reafirmar as tradições e valores pátrios, religiosos e morais do período vigente. O caráter político da Sociologia ficaria a cargo da disciplina de Organização Social e Política Brasileira, conhecida como OSPB, criada em 1962 por Anísio Teixeira como um equivalente da disciplina de ciência política. Contudo, com a entrada do governo militar, essa disciplina foi alterada ideologicamente pela ditadura, de modo a alinhar-se aos valores defendidos pela ditadura e seus apoiadores, assim como de minar as possibilidades de questionamentos ou argumentações sobre a situação política vivida no Brasil naquela época. Somado a isso, o governo editou, em 1971, a lei 5.692/71 – de diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus e também chamada de *reforma Jarbas Passarinho* –, que dava à educação um caráter predominante de “preparação ou qualificação para o trabalho”. Em termos práticos, essa lei retirava e proibia qualquer conteúdo ou disciplina de caráter de formação de pensamento social ou questionamento político do ensino brasileiro.

O começo da reabertura política na década de 1980 começou também a ensejar os primeiros movimentos pelo resgate da disciplina de Sociologia. Em 1982, foi aprovada a lei Nº 7.044/82 que restituía o ensino de Sociologia em caráter optativo. Em 1985, Frei Betto, um perseguido político da ditadura e militante comunista, lançou seu livro *OSPB: introdução à política brasileira*, um livro que, apesar do nome (que foi intencionalmente selecionado) fazia fortes críticas ao período militar e suas formas de doutrinação moral através de OSPB e Moral e Cívica. Esse livro teve uma forte crítica da mídia e dos apoiadores do antigo regime, mas influenciaram fortemente os críticos do regime, sobretudo professores e intelectuais das ciências humanas e da pedagogia.

Contudo, mesmo após o fim da ditadura militar, a luta pela reinserção da Sociologia no ensino básico estava longe de se tornar uma realidade. Grupos e movimentos simpatizantes aos militares ou contrários a ideologias de esquerda criticaram ferozmente a obra de Frei Betto, alegando que possuía uma visão demasiadamente de esquerda, misturando críticas ao governo militar com exortações a modelos e práticas de países comunistas. Como aponta Vieira (2011) a obra, que contava com a colaboração de autores declaradamente

marxistas ou vinculados à educação libertadora, como Paulo Freire, trouxe como efeito colateral a estigmatização das ciências humanas, em especial a Sociologia e a Filosofia, como ciências de viés comunista, induzindo à crença de que adotar essas disciplinas na rede de ensino público seria caminhar para uma ditadura comunista. Para um país que acabara de sair de um regime ditatorial, qualquer menção a uma nova ditadura causaria alvoroço e abjeção.

Uma das demonstrações mais explícitas desse preconceito para com a Sociologia e a Filosofia se deu logo após a aprovação da nova LDB, em 1996. Em 1997, o projeto de lei nº 3.187.b/97 do então deputado Padre Roque, que incluía novamente as disciplinas de Sociologia e Filosofia na grade curricular obrigatória do ensino médio, foi aprovado na Câmara Federal e no Senado, faltando apenas a sanção do presidente para se tornar lei. Porém o projeto de lei foi ignorado pelo presidente durante quatro anos, até que em 2001 ele foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), às vésperas de um ano eleitoral e sob pressão da crescente popularidade da oposição de esquerda. A alegação para o veto foi de que já havia a existência dos conteúdos dessas disciplinas distribuídos dentro das outras matérias obrigatórias, e que a criação de duas novas disciplinas oneraria ainda mais o orçamento. Como uma ironia, a formação acadêmica do então presidente Fernando Henrique Cardoso era justamente em Sociologia.

Apesar desse revés, o caminho para o retorno da Sociologia ao ensino básico era apenas questão de tempo. Os sociológicos brasileiros seguiam na luta pela retomada da disciplina. Nessa luta, destacam-se os trabalhos do professor Amaury Moraes (1999) e Enno Liedke Filho (2004), que ressaltavam a importância do conhecimento sociológico para a formação de cidadãos conscientes e engajados. É uma frase do professor Enno:

“(...) cabe exclusivamente à sociologia, em conjunto com suas disciplinas irmãs, como antropologia, ciência política (...) o papel de analisar e equacionar o estado atual da questão social e da questão democrática, bem como as condições para a resolução nacional, democrática e popular dessas.” (LIEDKE, 2004).

Cabe destacar que, em 1993, a Lei nº 8.663 revogou o decreto que determinava a obrigatoriedade da Moral e Cívica, como também determinou que a carga horária dessa disciplina e de OSPB poderia, a critério das escolas e dos sistemas de ensino, ser incorporada a disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Sociais. O projeto de lei que deu origem à lei nº 8.663/1993 foi uma iniciativa apresentada na Câmara Federal pelo deputado Raul Pont, um sociólogo. Na LDB de 1996, o texto originalmente em vigor determinava que conhecimentos de Sociologia e de Filosofia deveriam ser garantidos no ensino

médio. Com a Lei nº 11.684/2008, o texto da LDB foi modificado, consagrando as duas disciplinas no currículo do ensino médio, conforme o inciso IV do art. 36: “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.

2.2- A educação brasileira contemporânea

2.2.1 Leis, parâmetros, diretrizes e orientações curriculares nacionais

No Brasil, existem diversos dispositivos normativos que versam sobre os regramentos curriculares da educação. Destes dispositivos, a LDB possui caráter legal, versando sobre formas de organização das políticas educacionais, direitos e deveres de governos, entes escolares e alunos. Outros versam sobre conteúdos de disciplinas, sugestões de formas de aplicação e de práticas pedagógicas.

LDB – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB ou LDBEN) atual foi posta em vigor em 1996, depois de amplo debate sobre por quais caminhos a reforma da educação brasileira passaria, como forma de modernizar a educação brasileira e obliterar de seu seio os resquícios da ideologia do período militar. A LDB de 1996 foi a terceira lei de diretrizes e bases do país e a segunda que abrangeu a educação nacional como um todo.

PCN – Os parâmetros curriculares nacionais (PCNs) foram criados em 1997 como parte da reformulação do ensino básico no Brasil. Os PCNs tem por finalidade difundir a reforma curricular proposta pela LDB de 1996, auxiliando os professores na busca por novas abordagens e metodologias de ensino.

PCN+ – Aditivos aos parâmetros curriculares nacionais (PCNs) foram criados como forma de complementar e aprofundar os princípios das mudanças do ensino básico. Os PCNs+ são divididos por etapas (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e por áreas de conhecimento (Ciências da Natureza, ciências humanas, matemática e linguagens). Eles apresentam conceitos e sugestões de metodologias de ensino nas áreas de conhecimento, servindo também como uma forma de apresentar aos professores as novas disciplinas inseridas no currículo naquela época (Filosofia e Sociologia).

No tocante à Sociologia, o PCN+ aborda uma introdução sobre o objetivo da Sociologia, o que é método de investigação sociológica e uma proposta de distribuição curricular na matéria dividido em quatro partes (Antropologia, Sociologia, Sociologia Econômica e Ciência Política).

DCN – As diretrizes curriculares nacionais (DCN) são uma síntese das definições de princípios fundamentos e procedimentos na educação básica. Criadas e postas em prática entre 2004, e complementadas até o ano de 2013,

essas diretrizes apresentam as obrigações com a educação de cada ente federativo, as estruturas criadas para dar suporte à educação, bem como transcrevem e amplificam disposições da LDB.

OCN – As orientações curriculares nacionais (OCN) surgiram a partir de 2004, como outro complemento à LDB, no tocante a sugestões e indicações de estruturas e métodos para qualificar a educação básica brasileira, atendendo com maior eficiência as demandas e necessidades particulares de cada região.

2.2.2 A educação como ferramenta social

A reformulação da educação brasileira iniciada em 1996 com a aprovação da LDB destacou-se pelo seu caráter inclusivo, com a quebra de modelos hegemônicos de educação e a abertura de espaços para grupos considerados minorias, bem como a ampliação das condições de acesso à educação para grupos afastados das possibilidades de frequentar as escolas convencionais dos centros urbanos, como habitantes de aldeias indígenas, jovens e adultos de comunidades itinerantes e presidiários.

Além de sua constituição inicial, a LDB sofreu mudanças com vistas a ampliar seu caráter inclusivo. O principal exemplo é o da lei nº 10.639/03, complementada pela lei nº 11.645/08, que incluiu em caráter obrigatório os conteúdos de história e cultura dos afro descendentes e da África, preferencialmente nas aulas de História, Literatura e Arte.

Tais ferramentais ampliam a capacidade do indivíduo em conhecer a si mesmo e a sociedade em que vive. O conhecimento é a chave que abre as portas para que uma pessoa possa ter dignidade, exercer sua cidadania e coibir toda e qualquer forma de abusos e opressão. Paulo Freire, em suas cartas pedagógicas afirma que sem o concurso da educação não existe mudança social (FREIRE, 2000).

Outros cientistas e pesquisadores corroboram com a visão de Paulo Freire, colocando a educação com um dos pilares para a transformação social. Entretanto, somente a instrução escolar, sem uma vigilância epistemológica não serve como forma de empoderamento social. Bourdieu (2011) alerta que a escola, como uma estrutura social, tende a reproduzir as relações e desigualdades da sociedade em que ela está inserida. Além disso, segundo Apple (1989) e Santomé (1995), em uma sociedade capitalista como a nossa o currículo escolar está focado na produção de mão de obra e não de pessoas críticas e com autonomia intelectual. Para fugir dessa estrutura de reprodução e desigualdade, é necessário imbuir na escola mecanismos que fomentem os alunos (e porque não toda a comunidade escolar) a repensar-se em seu papel

como individuo e como ser social. Esse papel, segundo Mills (1972) cabe à Sociologia.

2.3- Sobre o livro didático

2.3.1 O papel do livro didático na educação básica

Choppin (2002) aponta que o livro didático inscreve-se na esfera do simbólico, em que, explícita ou implicitamente, vinculam-se sistemas de valores morais, religiosos, políticos e de aculturação da juventude. Assim, essa vinculação de valores imputa no aluno as noções de certo e errado, normal e anormal, as quais, se não forem alteradas intencionalmente, serão carregadas para o resto da vida.

Segundo Oliveira e Diniz (2014), criar materiais didáticos que reconheçam a diversidade e que combatam preconceitos são um desafio para as políticas de educação. Esse desafio se constitui não somente na escolha de quais temas devem ser abordados, uma vez que um país de proporções continentais e heterogêneo como o Brasil possui uma distribuição irregular de formas de preconceitos e de grupos de interesse, mas também pela questão de que essa heterogeneidade cria situações em que a forma com que é disposto esse conteúdo é um verdadeiro campo minado, ladeado por debates que não atem-se aos argumentos lógicos e embasados, mas que se misturam também com crenças, tradições e ideologias políticas.

Um exemplo da tensão em torno da questão da abordagem de temas como a desigualdade foi a polêmica ao redor do fato, noticiado à exaustão no ano de 2011, da criação do “Kit Gay”, uma série de livros didáticos e ferramentas multimídias que estavam sendo produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com ONGs do movimento LGBT e que seria distribuído conjuntamente ao material didático do ensino médio de toda a rede pública. Os movimentos contrários ao debate sobre as questões homossexuais conseguiram, através da opinião pública, fazer com que o MEC cancelasse a aplicação desse material.



Figura 1: A esquerda uma imagem que circula pela internet que é falsamente atribuída ao kit anti-homofobia contendo imagens explícitas e palavreado adulto. À direita, o verdadeiro Kit segundo o site do MEC.

A forma com que esses grupos conquistaram a opinião pública foi bastante questionável, utilizando-se de informações inverídicas, como montagens mostrando supostas imagens do material do MEC circulando em redes sociais, mostrando pedaços do que seriam as cartilhas; além de distorcerem informações, como por exemplo, alegarem que esse material seria distribuído para séries iniciais do ensino fundamental, quando na verdade o material produzido era exclusivo para ensino médio.

Em relação à legislação, não existe uma regulação direta sobre o conteúdo do material didático. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) possui apenas citações para afirmar que é dever do Estado (governo federal, estadual e/ou municipal) garantir a todos os alunos o direito ao acesso ao material didático de maneira gratuita enquanto que os demais documentos oficiais (DCN, PCN, e OCN) versam sobre o conteúdo do material didático apenas em um caráter sugestivo, flexibilizando a relação entre a escolha do conteúdos e os interesses da comunidade escolar.

2.4 - Participação Social

2.4.1 - Definição de participação social

De acordo com Prohaska, Anderson e Binstok (2012) *participação social* é a interação coletiva de um determinado grupo de indivíduos focada em um determinado tema ou atividade de interesse social cujo objetivo final é promover o acúmulo de capital social, a integração da comunidade e a melhoria da qualidade de vida de todos coletivamente. Segundo Zhang, Jiang e Carroll (2011), a participação social deve ser benéfica para todos os envolvidos, não envolver qualquer tipo de pagamento nem possuir um caráter compulsório ou contratual.

Na literatura sociológica brasileira esse termo aparece como sinônimo de *participação popular* (Valla e Stotz, 1989) e representa o relacionamento entre a esfera civil e o desenvolvimento de políticas públicas, através de canais de comunicação entre a esfera política e instituições organizadas e legitimadas da esfera civil como ONGs e movimentos sociais.

Baseado nesta concepção, em 2014 o governo federal promulgou a lei nº 8.243 criando o *Programa de Política Nacional de Participação Social* (PNPS) e do *Sistema Nacional de Participação Social* (SNPS). O objetivo da política nacional de participação social é de institucionalizar a integração dos cidadãos e a criação e execução de políticas públicas, mediante a elaboração e participação em conselhos, fóruns, audiências públicas e plebiscitos.

Outro exemplo de promoção da participação social se deu entre a década de 1990 e 2000 na cidade de Porto Alegre, através de um mecanismo governamental chamado de *Orçamento Participativo*, no qual lideranças de bairro da cidade se reuniam em assembleias para decidir as obras públicas contempladas pelo orçamento municipal.

Entretanto, vale ressaltar que a participação social não é exclusiva de coletivos organizados da esfera civil agindo com a esfera política, mas o seu raio de ação pode ser também dentro da própria esfera pública, como aponta Novaes (2005, p.1):

A participação social está relacionada com a influência e a participação nos espaços e nas organizações da comunidade e da sociedade, tendo relação com a vida associativa e sócio-comunitária, como a participação na vida escolar, nos clubes, nas associações esportivas, nos bairros. E ainda, pode incluir o envolvimento em causas e iniciativas, em obras filantrópicas, trabalho voluntário ou em movimentos comunitários.

Assim resumidamente, para esse trabalho entende-se participação social como a manifestação civil, isenta e não remunerada, com o objetivo de empoderar a sociedade, garantindo a ela o direito de tomar decisões, implementar e gerir mudanças relacionadas ao seu próprio bem estar.

3. Análise do conteúdo

3.1 – Metodologia

Para este trabalho utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin, presentes no livro *Análise de conteúdo* (1977). Esse método, segundo a própria autora:

[...] constitui-se em um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. (BARDIN, 1977, p.42).

Como suporte para essa análise, contou-se com as leituras sobre pesquisa qualitativa em textos escritos de Martin Bauer, presentes no livro *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: Um manual prático* (2014) e de interpretação de conteúdo de André Cellard, constante em sua obra *Análise documental* (2012).

3.2 – Recorte

Como a participação social pode abranger uma vasta gama de áreas, optou-se por delimitar essa pesquisa em três assuntos relacionados à juventude, tendo em conta que o material didático da área de Sociologia destina-se exclusivamente para ensino médio e que esse, segundo o MEC, constitui-se de um público com idade média entre 15 e 19 anos. Para alcançar tal objetivo, buscou-se apoio em literatura especializada em juventude e escola para delimitar as áreas de participação social as quais estariam mais relacionadas à juventude. Com o apoio de literatura acadêmica resgatada das aulas de Pedagogia e Sociologia, sobre temáticas relacionadas à juventude, optou-se por fazer uma análise de quatro categorias com recortes específicos:

- Gênero e Sexualidade: Com recorte na causa feminista e LGBT, baseado nas leituras de LOURO (1998), OLIVEIRA (2009) e PISCITELI (2009)

-Etnia: Com recorte em direitos de minorias e racismo, baseado nas leituras de SACRISTÁN (1995), SANTOMÉ (2005) e SCHWARCZ (2009)

-Mundo do trabalho: Com recorte na questão do emprego e de desigualdade de renda, baseado na leitura da APPLE (1989) e GENTILI (1999)

-Participação política: Com recorte em luta por direitos e contestação, baseado nas leituras de CASTRO (2009) e MACEDO e OLIVEIRA (1996)

Quadro 1 – Temas e perguntas para leitura/análise dos livros

Categoria de Análise	Indicadores
Participação social	O livro traz a abordagem sobre problemas sociais?
	O livro apresenta de exemplos históricos de participação social?
	O livro apresenta exemplos de movimentos de participação social contemporâneos?
	O livro aborda a mobilização social como forma de resolução de problemas sociais?
Trabalho	O livro apresenta a abordagem sobre problemas sociais relacionados ao emprego/desemprego?
	O livro aborda a mobilização social referente ao mundo do trabalho?
Gênero	O livro aborda problemas sociais relacionados à discriminação de gênero/homofobia?
	O livro aborda movimentos feministas?
	O livro aborda movimentos LGBT?
	O livro relata pautas de reivindicações dos movimentos feministas?
Etnia	O livro relata pautas de reivindicações dos movimentos LGBT?
	O livro aborda racismo e discriminação étnica?
	O livro aborda mobilização social da causa étnica?
Contestação política	O livro relata as demandas e ações sociais dos movimentos de causa étnica?
	O livro aborda problemas relacionados à política (Corrupção, impunidade)?
	O livro aborda movimentos sociais relacionados a causas políticas (conscientização, combate à corrupção)?

3.2 O material analisado

Como critério de seleção para o material analisado, estabeleceu-se previamente utilizar os livros constantes na lista de livros aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o ano de 2015. Esta opção deu-se pelo fato de que estes são os livros que o governo federal disponibiliza gratuitamente para a disciplina de Sociologia no ensino público.

Algumas editoras possuem versões anteriores dos livros, edições complementares e conteúdo digital ou físico de apoio, os quais não foram anexadas a este trabalho em virtude de não constarem na lista de livros aprovados pelo FNDE.

Quadro 2 – Livros analisados (títulos, autores, editoras e edições)

Livro	Autores	Editora	Edição
Sociologia	Silvia Maria de Araujo, Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim	Editora Scipione	1ª Edição (2013)
Sociologia em movimento*	Afrânio Silva, Bruno Loureiro, Cassia Miranda, Fátima Ferreira, João Catraio Aguiar, Lier Pires Ferreira, Marcela M. Serrano, Marcelo Costa, Marcelo Araujo, Martha Nogueira, Otair Fernandes de Oliveira, Paula Menezes, Raphael M.C. Corrêa, Ricardo Muniz de Ruiz, Rodrigo Pain, Rogério Lima, Tatiana Bukowitz, Thiago Esteves e Vinicius Mayo Pires	Editora Moderna	1ª Edição (2013)
Sociologia Hoje	Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros	Editora Ática	1ª Edição (2013)
Sociologia para jovens do século XXI**	Luis Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa	Editora Imperial Novo Milênio	3ª Edição (2013)
Sociologia para o ensino médio	Nelson Dálcio Tomazi	Editora Saraiva	3ª Edição (2013)
Tempos Modernos, tempos de Sociologia	Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O'Donnell	Editora do Brasil	2ª Edição (2013)

*O livro Sociologia em movimento vem acompanhado de um CD contendo a versão digital do livro acrescido de algumas ferramentas multimídias, como galerias de fotos e links para sítios virtuais. O conteúdo desse CD não foi considerado nesse trabalho por não possui alterações ou ampliações significativas de conteúdo.

** O livro Sociologia para jovens do século XXI possui uma versão digital integral do livro. Essa versão não possui qualquer diferença em relação ao material impresso.

3.3 – Descrição das obras

Sociologia (Editora Scipione) – O livro possui 376 páginas e é dividido em onze capítulos, nos quais é feita uma apresentação do que é sociedade e porque a Sociologia é uma ciência importante (cap.1), é apresentada a Sociologia clássica, com seu histórico e principais autores (cap.2). É feita a abordagem da Sociologia sobre tópicos específicos, como família (cap.3), trabalho (cap.4), cultura (cap.5), religião (cap.6), política e cidadania (cap.7), movimentos sociais (cap.8), Educação e escola (cap.9), juventude (cap.10) e meio ambiente (cap.11).

Sociologia em movimento (Editora Moderna) – O livro possui 400 páginas, sendo dividido em quinze capítulos dispostos em seis unidades. A primeira unidade apresenta os capítulos que apresentam o que é ciência (cap.1) e como a sociologia estuda a sociedade e o indivíduo (cap.2). A unidade 2 apresenta as definições do que é cultura (cap.3), do que socialização (cap.4) e de multiculturalismo (cap.5). A unidade 3 aborda política e Estado (cap.6), democracia e direitos humanos (cap.7) e mobilização social (cap.8). A unidade 4 aborda o trabalho e as sociedades de classes (cap.9) e as desigualdades sociais (cap.10). A unidade 5 aborda o desenvolvimento da sociedade contemporânea (cap.11) e a globalização (cap.12). A unidade 6 desenvolve-se sobre as sociedades em ambientes urbanos (cap.13), gênero e sexualidade (cap.14) e sociedade e meio ambiente (cap.15). O livro ainda conta com um cd contendo um livro digital, com complementos multimídia para os conteúdos apresentados, tais como galeria de imagens e índice de objetos digitais.

Sociologia Hoje (Editora Ática) – O livro possui 424 páginas nas quais é feita uma introdução explicando o que é sociedade, o que estudam as ciências sociais e como elas funcionam. O conteúdo é dividido em quinze capítulos dispostos em três unidades. A unidade 1 aborda as questões antropológicas, tais como o pensamento antropológico (cap.1), a cultura (cap.2), antropologia estrangeira (cap.3), antropologia brasileira (cap.4) e tópicos da antropologia contemporânea (cap.5). A unidade 2 parte aborda as questões relacionadas a sociologia, com o pensamento social (cap.6), o mundo do trabalho (cap.7), estratificação e classes sociais (cap.8), sociologia brasileira (cap.9) e tópicos contemporâneos da sociologia (cap.10). A unidade 3 aborda os temas da ciência política, tais como política e Estado (cap.11), globalização (cap.12), mobilização social (cap.13), política no Brasil (cap.14) e tópicos contemporâneos da ciência política (cap.15). Cada capítulo possui um resumo com sugestões de leitura, vídeos e conteúdo digital. No final do livro existe uma série de exemplos de perguntas baseadas nos conteúdos dos capítulos.

Sociologia para jovens do século XXI (Editora Imperial Novo Milênio) – O livro possui 401 páginas e é dividido em 22 capítulos dispostos em três unidades. Na unidade 1 é feita a apresentação da sociologia e dos conceitos sociológicos (cap.1), apresentado o histórico da sociologia (cap.2), definições de indivíduo e instituições sociais (cap.3), cultura (cap.4) identidades sociais (cap.5), diferenças sociais (cap.6), ideologias (cap.7) e trabalho e desigualdades sociais (cap.8). Na unidade 2 são apresentados o capitalismo (cap.9), globalização (cap.10), trabalho e educação (cap.11), mundo do trabalho e a questão ambiental (cap.12), cidadania e direitos humanos (cap.13), Estado e democracia (cap.14) e mobilização social (cap.15). A unidade 3 aborda a mídia (cap.16), desigualdades raciais (cap.17), gênero e sexualidade (cap.18), religiosidade e juventude (cap.19), espaços urbanos (cap.20), violência e desigualdade social (cap.21) e a questão agrária (cap.22).

O livro possui uma versão integral disponível no site da editora de forma gratuita.

Sociologia para ensino médio (Editora Saraiva) – O livro possui 463 páginas, sendo dividido em uma introdução, onde apresenta uma definição de sociedade, um apêndice (no final do livro) apresentando a sociologia clássica, autores e formas de pensamento sociológico no Brasil e no mundo, além de vinte e três capítulos divididos em sete unidades. A unidade 1 aborda a questão dos indivíduos em sociedade (cap.1), o processo de socialização (cap.2) e as relações entre indivíduos e sociedades (cap.3). A unidade 2 aborda a história do trabalho (cap.4), o trabalho nas sociedades capitalistas (cap.5) e a questão do trabalho no Brasil (cap.6). A unidade 3 aborda a estratificação e estruturas sociais (cap.7), classes sociais e capitalismo (cap.8) e as desigualdades sociais no Brasil (cap.9). A unidade 4 aborda o Estado moderno (cap.10), o poder do Estado (cap.11), política e Estado no Brasil (cap.12) e a democracia no Brasil (cap.13). A unidade 5 aborda as questões de direitos e cidadania (cap.14), mobilização social (cap.15), direitos e cidadania no Brasil (cap.16) e movimentos sociais no Brasil (cap.17). A unidade 6 aborda os conceitos de cultura (cap.18), ideologias (cap.19) e indústria cultural no Brasil (cap.20). A unidade 7 aborda mudanças sociais segundo a sociologia (cap.21), revoluções (cap.22) e mudanças sociais no Brasil (cap.23).

Tempos modernos, tempos de sociologia (Editora do Brasil) – O livro possui 280 páginas e é dividido em vinte e dois capítulos divididos em três partes. Na parte 1 é abordada a sociedade contemporânea (cap.1), descrevendo a sociologia (cap.2), a antropologia (cap.3) e a ciência política (cap.4). A parte 2 aborda a história do mundo do trabalho na sociedade moderna (cap.5), trabalho e capitalismo (cap.6), trabalho nas grandes cidades (cap.7), Karl Marx (cap.8), a ideologia liberal (cap.9), poder e controle (cap.10), processo civilizatório (cap.11), consumo e consumismo (cap.12) e tópicos de sociologia (cap.13). A parte 3 aborda a urbanização no Brasil (cap.14) a

constituição étnica e cultura do Brasil (cap.15), religião no Brasil (cap.16), culturas e tribos urbanas (cap.17), desigualdade (cap.18) política e participação (cap.19), violência e discriminação (cap.20) consumo (cap.21) e encerra com uma resumida análise geral sobre o Brasil contemporâneo (cap.22).

3.3 Análise do conteúdo

3.3.1 Livro 1 – Sociologia (Editora Scipione)

O livro faz uma abordagem inicial sobre desigualdades de renda e escolaridade com o recorte de gênero (homens e mulheres) e etnia no primeiro capítulo, logo após um subcapítulo chamado *As inquietações da sociologia*. A questão de gênero é abordada no capítulo 3, que aborda o assunto “Família”. Nesse capítulo, tanto a causa feminista quanto a causa LGBT são abordadas como busca pela legitimidade de uma nova definição de núcleo familiar. No capítulo destinado aos movimentos sociais (capítulo 8), o livro a mobilização social relativa às questões de renda e aos movimentos sindicais, tecendo uma abordagem pedagógica, com uma descrição de conceitos como desigualdade e classe social, citações aos trabalhos de autores clássicos como Karl Marx e Alain Touraine, além de um enfoque brasileiro pautado pelas mobilizações contra a ditadura militar. Nesse capítulo, o movimento feminista e LGBT são citados apenas para lembrar a abordagem dos mesmos no conteúdo do capítulo 3, como “grupos que combatem o modelo de família patriarcal”. A questão racial é ainda menos abordada, não havendo qualquer menção às lutas do movimento negro, havendo apenas uma única menção a Martin Luther King, como exemplo de liderança de mobilizações sociais.

Por fim, no último capítulo, destinado à juventude, a abordagem é focada na adolescência como uma etapa transitória para vida adulta, um momento cheio de rebeldia e contestação. As imagens que ilustram esse capítulo retratam, na maioria das vezes, jovens com visual chamativo, sob legendas que apontam a adolescência como momento de questionamento das normas e contestação dos padrões. Abordando o Brasil, já no final do capítulo, há menção aos cara-pintadas e a manifestações políticas da década de 1990, mas estas são repassadas com um reforço da abordagem do jovem com o contestador de padrões, havendo no texto final uma comparação entre os movimentos de juventude na década de 1990 e bailes funk da periferia.

3.3.2 Livro 2 – Sociologia em movimento (Editora Moderna)

A mobilização social neste livro possui um capítulo específico (capítulo 8), em que aborda uma ampla gama de movimentos sociais históricos, como o movimento do sindicato dos metalúrgicos contra a ditadura militar e as marchas dos sem terra nos anos 1990. Esse capítulo ainda traz um gráfico com uma cronologia de mobilização social que se inicia na revolução francesa (1789) e termina no ano de 2011 no *Occupy Wall Street*. Porém, nesse gráfico, a maior parte das citações não é de mobilizações sociais, mas sim de acontecimentos políticos, como o fórum social mundial em 2001 e a eleição do PT em 2002.

No capítulo 13, onde é feita a abordagem de problemas das cidades urbanizadas, é tratada a questão das desigualdades de renda, pobreza e crimes relacionados à precarização social. Nesse capítulo existe a manchete das manifestações ocorridas em subúrbios de cidades francesas em 2005, levadas adiante por jovens imigrantes africanos motivados por problemas como desemprego e violência policial. Essa manchete, que poderia fazer conexão com a realidade brasileira ou como mote para a abordagem da mobilização social sobre problemas contemporâneos, é apenas narrada didaticamente. Em acréscimo a isso, no fim desse capítulo os autores apontam para possíveis caminhos para a resolução dos problemas urbanos, tanto estruturais quanto sociais. Porém, esse caminho, segundo eles, baseia-se em estruturas governamentais e políticas públicas, relegando a população a um caráter meramente consultivo.

O livro também possui um capítulo específico sobre a questão étnica e racismo (capítulo 5), no qual são abordadas questões contemporâneas como cotas e ensino da história da África, além de retratar exemplos históricos de preconceito e mobilização, como o Apartheid na África do Sul e Nelson Mandela. Esse capítulo também enfoca as diferenças de renda e escolarização relacionadas a raça e textos questionadores sobre igualdade. Apesar disso, o texto não apresenta qualquer referência ao movimento negro.

A abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade é feita no capítulo 14, em que as causas relacionadas às lutas das mulheres é repleta de gráficos, com comparativos de renda, de ocupação de cargos políticos, de número de homicídios, e de violência física detalhada por local da ocorrência, além de textos que abordam temas de reflexão mais aprofundada, como a naturalização da diferença e a divisão de gêneros no jornalismo, além de fazer uma rica abordagem sobre a Lei Maria da Penha, trazendo no rodapé uma lista de órgãos governamentais para socorro de vítimas de violência doméstica. Porém, não há a abordagem dos movimentos feminista. No mesmo capítulo, em oposição às causas feministas, a presença de temáticas relacionadas ao movimento LGBT é uma discreta citação de duas frases em meio a um texto de meia página, sendo citado como um movimento que *também* luta contra o patriarcalismo. Nas sugestões de literatura de apoio e de filmes sobre o tema de gênero, também trazem uma distribuição irregular (dois filmes e dois textos sobre a causa de gênero voltado as mulheres e um filme e uma sugestão de texto sobre a causa LGBT). Porém, o movimento LGBT é o único que nesse livro é posicionado como movimento social. Consta a ABRAT (Associação brasileira de transgêneros) como indicação de site de conteúdo sobre a temática LGBT.

3.3.3 Livro 3 – Sociologia Hoje (Editora Ática)

O livro é dividido em três partes, contendo cinco capítulos cada. As partes abordam, consecutivamente, Antropologia (capítulos de 1 ao 5) Sociologia (capítulos de 6 a 10) e Ciência Política (de 11 a 15). Na parte referente à Antropologia, já no capítulo 1 (referente a cultura e padrões sociais) há a apresentação de teorias sobre relações culturais com etnias indígenas, sobre o movimento feminista, movimentos de trabalhadores e estereótipos da cultura negra. No capítulo três há uma perspectiva antropológica das questões étnicas no Brasil, abordando definições de identidade e os conflitos étnicos. No capítulo cinco, a abordagem antropológica é sobre populações indígenas (minorias étnicas) e sobre gênero, centrado no papel da mulher na sociedade. Existem algumas imagens relacionadas à causa LGBT, cujas legendas sugerem o debate sobre as questões de sexualidade.

A parte destinada à Sociologia é praticamente toda ela voltada ao mundo do trabalho. Assim como a parte antropológica, a ênfase é na teoria clássica e na representação histórica, começando no período escravista chegando até os primeiros anos após a ditadura (Era Collor). No final do capítulo 10 há a citação das mobilizações sociais na descrição das teorias pós-modernistas, como expoentes contrários a teorias e visões totalizantes. Não há uma descrição de causas ou movimentos, apenas a citação de alguns exemplos de manifestações como demonstrações de diferentes subjetividades.

Na terceira parte, que é destinada à Política, as mobilizações sociais são retratadas como formas de contestação da realidade socioeconômica. Porém, a ênfase do texto está nas críticas ao sistema, de forma que os movimentos são apresentados como manifestações no plano real das *contradições do capitalismo e da modernidade* presentes nas teorias de alguns autores como Habermas e Hobsbawm.

3.3.4 Livro 4 – Sociologia para jovens do século XXI (Editora Imperial Novo Milênio)

Os autores do livro optaram por estruturar o livro como se eles próprios estivessem dando uma aula de Sociologia. Os textos são postos de uma forma mais dinâmica, com menos interrupções com citações ou adendos que dão ênfase a autores que trabalharam esse tema ou enfatizando um ou outro ponto. Isso proporciona uma leitura mais fluida, porém obriga que o leitor faça pausas para “pescar” conteúdo em meio ao texto. Temas com identidade, etnocentrismo e diferenças culturais, abordados no capítulo 5, são apresentados sem fazer apontamento para conflitos ou contradições.

No capítulo 8, abordando o histórico das relações do trabalho, há a desvinculação da escravidão da questão étnica, sendo esse tema trabalhado como algo *recorrente* em civilizações do passado. De forma totalmente distinta aos demais livros, a urbanização e evolução capitalista do ocidente tem um viés amplamente positivo.



Figura 2 Imagem que ilustra o conteúdo sobre a escravidão. Observa-se como a legenda da imagem desvincula a questão étnica da escravidão

O livro possui uma tematização bastante incomum para uma obra de Sociologia, por parecer defender pontos que os demais autores criticam e vice-versa. Um exemplo disso está no capítulo 9, em que o subcapítulo que apresenta historicamente o comunismo se chama “*Eles tentaram mas não conseguiram*”. Outro exemplo está no capítulo 10, quando se faz a abordagem sobre a mobilização social. O título do subcapítulo é *Mobilização social e socialismo*, e no bojo do texto há a frase:

“A experiência levada a cabo no século XX, a partir da revolução russa de 1917 não deu certo. Mas o socialismo será, sempre, apenas uma utopia, um desejo inalcançável?”

No parágrafo seguinte a essa frase há a abordagem do capitalismo industrial da primeira metade do século XX e o comunismo não é mais abordado, e tampouco a mobilização social.

Na próxima parte do capítulo 10 há a abordagem da história política brasileira da segunda metade do século XX, com especial recorte no período da ditadura militar. Nessa parte não há referências as mobilizações sociais contra a ditadura, a única menção a manifestações define estas como *comícios* contra o

regime, colocando o fim do período militar como motivado pela crise global de 1978. No restante do capítulo, a noção da cidadania está vinculada a ações governamentais, havendo a citação dos programas sociais do governo, como Bolsa Família, como formas de promover a cidadania.

No capítulo 15, destinado a apresentar e descrever os movimentos sociais, existe no texto uma vinculação direta entre mobilização social e socialismo, havendo inclusive uma imagem de Che Guevara com uma legenda narrando sua participação na revolução cubana. O subcapítulo nominado *movimentos sociais no Brasil contemporâneo* traz uma narrativa histórica sobre a mobilização sindical, de greves ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo no século XIX até a posição dos sindicatos contra a ditadura na década de 1970. Novamente, a revolução russa e os ideais comunistas são citados fazendo uma vinculação entre a mobilização social brasileira do começo do século XX com o comunismo. Por fim, ao tratar de movimentos sociais do século XXI, a narrativa traz um discurso melancólico, naturalizando a existência de problemas sociais na sociedade brasileira, colocando os movimentos sociais como grupos organizados da sociedade civil que apontam esses problemas e militam por soluções, sem que, contudo tenham sido feito relatos das conquistas desses movimentos.

Contrastando com a abordagem sobre a mobilização social, o capítulo 17, que apresenta as relações étnicas e o racismo, traz uma abordagem sensata e direta sobre as questões raciais no contemporâneo. Existem gráficos sobre a questão da cor de pele em relação a grau de escolaridade e de renda, dados sobre a naturalização do racismo e a estigmatização do negro por seus costumes e religiões. Apesar de este texto ter um bom conteúdo, não é feita uma apresentação de formas ou estruturas para combater o racismo.

Em relação a gênero e sexualidade, o livro também faz uma abordagem abrangente. O capítulo destinado a esse assunto (capítulo 18) aborda definições de gênero, sexo e as identidades e papéis atribuídos a cada um deles. Um dado que merece destaque é que este é o único livro que aponta o aborto como pauta feminista. Além disso, ele traz um extenso texto sobre a lei Maria da Penha e a questão da violência doméstica. Logo após essa parte, o texto aborda as questões LGBT, debatendo a questão da violência homofóbica e trazendo gráficos sobre a violência de caráter sexual por estado e faixa etária. Um dado a ser destacado é um apêndice do texto que aborda a questão da nomenclatura, apontado a diferença entre o termo *homossexualidade* e *homossexualismo*. Apesar dessa abordagem ser mais franca e abordar temas mais polêmicos sobre as causas feministas e LGBT, os movimentos sociais relacionados a essas causas aparecem somente nas imagens, sem que haja uma abordagem que correlacione esse movimentos as demandas e ganhos da causa.

O capítulo 21 aborda questão da violência urbana, trazendo ao debate temas atuais como a redução da maioria penal e a relação entre pobreza e violência. O texto porém faz uma abordagem teórica, sobre como autores e ideologias abordam e definem termos como violência, tráfico, pobreza... No fim do capítulo o texto traz questionamentos a respeito das relações da violência com etnia e com a juventude, tendo com principal foco a questão das favelas e do tráfico. O texto, porém, faz uma abordagem “científica” do problema, descrevendo-o e detalhando-o sem sugerir soluções ou apontar possíveis mobilizações sociais sobre esse tema.

O último capítulo (capítulo 22) aborda a questão agrária, e nesse capítulo aparece o maior número de citações a movimentos sociais. Porém, a maior parte dessas citações é sob uma visão histórica, abordando o surgimento desses movimentos e sua militância contra a ditadura militar. A parte mais recente sobre esses movimentos aborda seus enlances políticos, citando a participação das centrais sindicais e do MST nas vitórias do PT nas campanhas presidenciais desde 2002.

3.3.5 Livro 5 – Sociologia para ensino médio (Editora Saraiva)

Na parte referente ao mundo do trabalho (capítulos 4, 5 e 6), o livro aborda o tema sob uma perspectiva histórica. O escravagismo no Brasil aparece no capítulo 6 de uma forma descolada da questão étnica. A abordagem das desigualdades de renda só aparece no fim do sexto capítulo, em um breve texto de dois parágrafos sob a desigualdade por cor e outro texto também de dois parágrafos para a desigualdade por gênero. A unidade que abrange a mobilização social e cidadania (capítulos 14 a 17) trata da teoria da mobilização social, dando destaque individual somente aos movimentos ambientalistas e feministas (no capítulo 15). Esse último, porém, apenas até primeira metade do século XX. A *Marcha das Vadias* aparece em uma das imagens que ilustra essa parte do capítulo, porém, pela legenda, ela aparece como um movimento histórico, apresentado como *um movimento que aconteceu simultaneamente em São Paulo e Toronto no Canadá, em 2011*.

No capítulo 16, há a contextualização histórica dos movimentos sociais relacionados ao mundo do trabalho, de mulheres, negro e LGBT, porém todos eles estão historicamente situados: o movimento sindical aparece relacionado ao enfrentamento da ditadura e alinhado a partidos políticos como o PT; o movimento negro tem sua visão histórica apresentada no eixo entre 1930 e 1978, o movimento feminista aparece com ênfase no embate com o regime militar, sendo a citação mais contemporânea a menção de que *entre as décadas de 1990 e 2000 o movimento ampliou suas causas para questões*

rurais, religiosas, negras, lésbicas, entre outras... E, por fim, o movimento LGBT aparece igualmente historicizado entre as décadas de 1940 e o início dos anos 2000. As principais demandas do movimento (combate à homofobia e às DSTs) aparecem como pautas reivindicatórias na década de 1980.

O livro termina com um bloco (abrangendo os capítulos 21, 22 e 23) discorrendo sobre *Mudanças sociais*. Com destaque há o último capítulo, falando exclusivamente de Brasil. Esse texto, assim como os demais, é marcado por uma narrativa histórica, que passa pelos primeiros anos da república (começo do século XX) e termina no período da ditadura militar.

3.3.6 Livro 6 – Tempos Modernos, tempo de Sociologia (Editora do Brasil)

O livro tem uma estrutura diferente dos demais, utilizando uma forma lúdica para abordar as questões sociológicas. O livro utiliza trechos e personagens de filmes, em especial do filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin, para apresentar temas e questões do livro, que é focado no capitalismo e seus efeitos em sociedades urbanizadas. Os textos são ladeados por trechos de poesias, músicas e transcrições de cenas de filmes, que em algumas páginas ocupam mais espaço que o conteúdo sociológico em si. Nessa obra as questões de gênero e etnia estão relacionadas ao capitalismo, que de certo modo é descrito como “O grande vilão” em todo o livro. Uma ressalva a ser feita a esse livro é que a abordagem sobre violência urbana foi contemplada com exemplos contemporâneos da realidade brasileira.

Das três partes em que o livro é dividido, a primeira, chamada *Aventura Sociológica*, é uma introdução sobre a Sociologia e uma narrativa histórica sobre o ocidente capitalista industrializado. A segunda parte, chamada *A Sociologia Vai ao Cinema* é uma abordagem da história do capitalismo ocidental e uma crítica sociológica de viés marxista. Somente na terceira parte, denominada *A Sociologia Vem ao Brasil*, é que existe uma abordagem mais pluralista, em que podemos encontrar as temáticas étnicas, sobre classe e renda, gênero e sexualidade, porém, sempre com a ênfase da influência do capitalismo. Nessa parte, logo em seu primeiro capítulo (capítulo 12 do livro) existe a abordagem da cultura e da noção de família. Nessa parte existe uma pequena citação a uma manchete de jornal daquele que seria “o primeiro casamento homossexual no Brasil”, datado de abril de 2008. Esse é o único ponto onde a questão LGBT é abordada. No capítulo seguinte, no qual é abordada a constituição do povo brasileiro, a primeira metade do segmento aborda a questão dos negros, porém, essa abordagem não somente é feita por uma perspectiva histórica, focada apenas no período da escravidão, como não

há qualquer abordagem sobre a cultura, religiosidade ou tradições das populações afro descendentes, há apenas a abordagem de sua participação no desenvolvimento econômico do país. Na segunda metade desse mesmo capítulo (que deveria ser sobre a constituição étnica e cultura do povo brasileiro) há a abordagem dos trabalhadores após a abolição da escravidão, narrando as correntes de imigrantes europeus e o papel dos ex-escravos.

No capítulo em que aborda a cultura, o livro segue seu mote, abordando a cultura como “um produto do capitalismo”. Esse é um capítulo pequeno, em que a descrição dos movimentos culturais, chamado no texto de “tribos”, focou exemplos de movimentos fortemente caracterizados, como o movimento punk, apesar de este não ser um movimento tido como característico do Brasil. Esse é o capítulo que mais enfoca a questão da juventude.

O capítulo 16 enfoca a questão da desigualdade, com um enfoque múltiplo de gênero, etnia, recorte econômico e por idade. A ênfase desse capítulo é pela discriminação étnica, com textos sobre a cultura do racismo no Brasil.

3.3.7 Resumo

Os seis livros trazem com mais ou menos ênfase a abordagem de problemas sociais relacionadas às temáticas selecionadas no recorte da metodologia, eles também relatam alguns mecanismos de mobilização social, com especial ênfase nos sindicatos de trabalhadores. Contudo, cabe ressaltar que os livros trazem esses mecanismos como objetos históricos e geograficamente localizados, abrindo mão de uma abordagem contemporânea e aponte para o aluno não somente a existência na atualidade desses mecanismos bem como as demandas mais atuais dos mesmos e as formas como eles atuam. Essa condição aplicação com especial ênfase na questão LGBT, que não apenas possuía visivelmente uma abordagem mais discreta e descolada da realidade contemporânea que os outros assuntos como o fato de que nenhum dos livros faz uma abordagem que envolva a pauta LGBT com adolescência, demonstrando ser este ainda um tabu em nossa sociedade. Como fechamento destaque que os livros da editora do Brasil e a da Imperial Novo Milênio arriscam-se em formas alternativas de abordagem do conteúdo, que apesar de quebrarem com a sisudez conteúdista da abordagem tradicional, peca por diluir de forma demasiada o conteúdo em textos longos ou escritos de forma lúdica, de modo que assim, seus textos sejam mais pobres em relação a quantidade de dados e argumentos, bem com tornando uma leitura crítica algo muito mais difícil.

4. Considerações Finais

Sendo o objetivo deste trabalho fazer a análise da participação social nos livros didáticos de Sociologia distribuídos pelo PNLD a partir da observação dos indicadores de participação social referente a quatro áreas de conteúdo sociológico (questões de gênero, etnia, desigualdade de renda e participação política) afirma-se que os livros didáticos de Sociologia pesquisados optaram por uma abordagem histórica sobre participação social e suas estruturas de ação, relatando apenas as participações populares em grandes eventos pontuais, principalmente na contestação à ditadura militar, relegando por completo (praticamente) todas as conquistas dos movimentos e grupos nas últimas três décadas. Mesmo que todos os livros tragam um capítulo específico sobre mobilização social, esta é retratada apenas como uma ação tomada em grande escala, por grupos extremamente organizados e guiados por grandes líderes. Não existe, nos livros, uma abordagem relacionada às conquistas populares a partir de protestos regionais, abaixo-assinados e outras formas de empoderamento social (organizações civis de conscientização, referendos etc). Todos os seis livros são edições lançadas nos últimos dois anos, o que leva à hipótese de que a não abordagem das manifestações recentes, ocorridas em 2012 e 2013, foi por mera questão de opção. A participação política da população, principalmente da juventude, é descrita apenas através dos meios convencionais, como no exercício do voto e da militância partidária. Além disso, é evidente a existência de tabus, principalmente em relação às causas militadas pelos movimentos feministas e LGBT, como a questão da sexualidade na adolescência, de métodos contraceptivos e das DSTs. O retrato das questões de gênero nos livros é tomado de forma a evitar polêmicas ou atritos com a opinião pública, abordando a questão homossexual de forma diluída dentro de um contexto amplamente tomado pelas questões referentes à desigualdade de gênero como uma disputa entre os gêneros masculino e feminino pré-estabelecidos culturalmente. Nesse enfoque, vemos que as questões relacionadas à mobilização feminista também assume papéis culturalmente pré-estabelecidos, passando a impressão de que as pautas feministas se colocam apenas como tentativas de disputar campos dominados pela cultura patriarcal, ignorando as demandas dos movimentos pela abertura de novos espaços de ação e novas formas de pensar a sociedade.

Em relação à mobilização da causa negra, a abordagem não é muito diferente. Os exemplos históricos, como a escravidão e o apartheid na África do Sul, são, via de regra, o mote para abordar a temática das questões raciais, negligenciando quase que por completo lutas recentes do movimento negro. Mesmo que em alguns livros a questão racial apareça misturada ao tema da desigualdade de classe, sua citação é tão sutil que aparenta que o critério de

raça não seja relevante nessa questão. Ainda no critério de raça e etnia, nota-se uma concentração do tema sobre a causa negra, negligenciando-se outras minorias étnicas, como indígenas e imigrantes hispânicos.

Sobre a temática do mundo do trabalho e da desigualdade de classes, que são temas bastante atuais, também há a preferência pela abordagem histórica, sendo que a realidade brasileira muitas vezes foi retratada apenas de forma relacionada ao período da ditadura militar e aos grupos que a ele se opuseram. Outra forma comumente encontrada para se abordar a questão do trabalho é lançar mão de críticas ao modelo capitalista, e mesmo que nesse mote exista a descrição de diversos problemas, como o desemprego e a desvalorização do trabalhador, a ação de movimentos relacionados aos trabalhadores se concentra apenas nas legendas de imagens, sem um aprofundamento teórico. Sobre as relações entre mundo do trabalho e juventude, quando este tema é abordado, a forma como o é descreve apenas as dificuldades dos jovens em ingressarem no mercado de trabalho e os problemas enfrentados por eles, como a baixa remuneração e a falta de estabilidade como um “percalço normal” de quem está ingressando agora na vida adulta e no mercado de trabalho.

Um relato especial deve ser feito sobre a questão da juventude de uma forma específica. A abordagem dos livros sobre juventude, quando houve, foi feita de forma totalmente artificial, descolada completamente da realidade. Ao menos dois livros (*Tempos Modernos e Sociologia*) abordaram a juventude brasileira retratando-a a *juventude* com imagens de jovens europeus de movimentos culturais da década de 1980 e 1990. Além disso, os textos dos livros traziam a cultura jovem como “rebelde” em um sentido que discordância e resistência sem (necessariamente) um sentido positivo.

Em resumo, coloca-se que os livros didáticos de Sociologia possuem uma abordagem insatisfatória sobre participação social e seus mecanismos ativos nos dias de hoje. Optando por um viés histórico e descritivo, os livros ignoram a possibilidade de que os jovens leitores possam utilizar-se desses mecanismos de participação social como forma de resolver problemas sociais e econômicos vivenciados por eles no cotidiano, demonstrando que os livros de Sociologia ainda estão longe de atingir o papel imputado à disciplina pela LDB, que seria o de “promover conhecimentos necessários para um exercício pleno da cidadania.”

5. Documentos digitais

Decreto-Lei nº869, de 12 de setembro de 1969

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>

(Consulta em 04/2015)

Decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm

(Consulta em 03/2015)

Decreto n. 16.782A de 13 de Janeiro de 1925

<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29024>

(Consulta em 03/2015)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

(Consulta em 03/2015)

Lei nº11.684, de 02 de junho de 2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm#art1

(Consulta em 04/2015)

Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

(Consulta em 04/2015)

Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

(Consulta em 04/2015)

Parâmetros Curriculares Nacionais

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>

(Consulta em 03/2015)

Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf

(Consulta em 03/2015)

Orientações Curriculares para Ensino Médio

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf

(Consulta em 03/2015)

Histórico da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira

http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171

(Consulta em 04/2015)

Kit Anti-Homofobia do Ministério da Educação

<http://revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>

(Consulta em 05/2015)

Lista dos livros didáticos do PNLD 2015

<http://www.fnede.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>

(Consulta em 03/2015)

Política nacional de Participação

<http://www4.planalto.gov.br/arenadaparticipacaosocial/a-politica-nacional-de-participacao-social>

(Consulta em 05/2015)

6. Referências

- APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária Ltda. 1981.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977.
- BAUER, Martin W. e Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 12ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- BETTO, Frei. **OSPB: introdução à política brasileira**. São Paulo. Editora Ática, 1985.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BUTLER, Judith. **Marcos de guerra: Las vidas lloradas**. Buenos Aires: Paidós, 2010
- CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude. In: Almeida, Heloisa Buarque e Szwako, José (Orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, p. 194-227.
- CELLARD, André. A Análise documental. In **A pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. POUPART, Jean (Et Ali) 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 295-316.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. In **Historia da Educação**. ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, Abril 2002, p. 4-25.
- FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife; Editora Massangana, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP: 2000.
- GENTILI, Pablo. A Mcdonaldização da escola; A propósito de Consumindo o outro. In **Escola S. A. Quem Ganha e Quem Perde no Mercado Educacional do neoliberalismo**. Tomaz Tadeu da Silva e Pablo Gentili. São Paulo: Editora CNTE, 1999, p. 45-72.
- IANNI, Octávio. **O Ensino das Ciências Sociais no 1º e 2º Graus**. Sergipe: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1985.
- LIEDKE Filho, Enno Dagoberto. **Para que servem as ciências sociais?** Palestra ministrada no V ENECS: Niterói, 2004.

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Porto Alegre: Editora Vozes, 1998.
- MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley. **Uma história em construção**. São Paulo: Editora do Brasil, 1995.
- MARSHALL, Thomas, **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1950.
- MILLS, C.W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.
- MORAES, Amaury.Cesar. **Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio?** Revista Educação, São Paulo, n. 10, p. 50-53, maio 1999.
- NOVAES, R. **A juventude de hoje: (Re) Invenções da Participação Social**, 2005. Disponível em:
<http://www.infojovem.org.br/infopedia/tematicas/participacao/participacao-social>
- OLIVEIRA, Rosana Medeiros e DINIZ Débora. Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo. In **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 39 nº1 Janeiro 2014, editora da Universidade. p. 241-256.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, Heloisa Buarque e Szwako, José (orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, p. 118-146.
- PROHASKA, Thomas R; ANDERSON, Lynda A. e BINSTOCK, Robert H. **Public Health for an Aging Society**. Maryland: JHU Press. 2012.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz T.; MOREIRA, Antônio F. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 159-177.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo à brasileira. In: Almeida, Heloisa Buarque e Szwako, José (Orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, p. 72-114.
- VALLA, V. V. e STOTZ E. N. **Participação popular e saúde**. Série Saúde e Educação. Petrópolis: Centro de Defesa de Direitos Humanos; Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina. 1989
- VIEIRA, Cléber Santos **Livros Didáticos e Cultura Política: OSPB em Tempos de Nova República**. Cadernos de História da Educação, v.10n.1 Jan/Jun 2011.

ZHANG, Shaoke., JIANG, Hao e CARROLL, Jhon M. **Integrating online and offline community through Facebook**. 2011 International Conference on Collaboration Technologies and Systems (CTS).